



HABITAÇÕES PRECÁRIAS EM BENEVIDES - PA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS COMUNIDADES NOSSA SENHORA DO CARMO E NOVO BRASIL¹

Fernanda Galvão Botelho²

RESUMO

Os agentes sociais precariamente incluídos moldam o espaço urbano no momento em que produzem seu local de moradia por meio de assentamentos precários, como no caso das comunidades Nossa Senhora do Carmo e Novo Brasil. O objetivo geral da investigação consiste em analisar a produção de injustiças espaciais materializadas em moradias precárias nas comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. Os resultados obtidos expressaram a ausência de serviços básicos, além das consequências na relação da distância entre as áreas e o centro urbano benevidense. Diante da carência de infraestruturas, as estratégias de superação evidenciam a adaptação das famílias para lidar as desigualdades socioeconômicas. Todavia, a precariedade das habitações, atualmente parte intrínseca do cotidiano dos moradores, não anula as esperanças dos indivíduos de que o local onde habitam possa ser valorizado.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Assentamentos Precários, Habitações, Direito à Cidade.

ABSTRACT

Social agents who are precariously included shape urban space when they produce their place of residence through precarious settlements, as in the case of the Nossa Senhora do Carmo and Novo Brasil communities. The general objective of the investigation is to analyze the production of spatial injustices materialized in precarious housing in the Novo Brasil and Nossa Senhora do Carmo communities. The results obtained show the absence of basic services, as well as the consequences of the distance between the areas and the urban center of Benevides. Faced with the lack of infrastructure, the coping strategies show that families adapt to deal with socio-economic inequalities. However, the precariousness of the housing, which is currently an intrinsic part of the residents' daily lives, does not cancel out their hopes that the place where they live can be valued.

Keywords: Urban Space, Precarious Settlements, Housing, Right to the City.

INTRODUÇÃO

O Pará, de acordo com o censo do IBGE de 2022, é o 4º Estado brasileiro com maior quantidade de domicílios caracterizados com Favelas e Comunidades Urbanas (FCUs) e o 3º com maior quantidade de habitantes residentes em FCUs. Esses indivíduos estão concentrados, predominantemente, nos municípios que compõem o espaço metropolitano de Belém, além

¹ Este artigo contém resultados da pesquisa de Mestrado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, financiada pela CNPQ - CAPES

² Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, fernandagalvao0013@gmail.com



disso, a dispersão dessas moradias se dá, principalmente, na forma de conversão de terra rural em terra urbana.

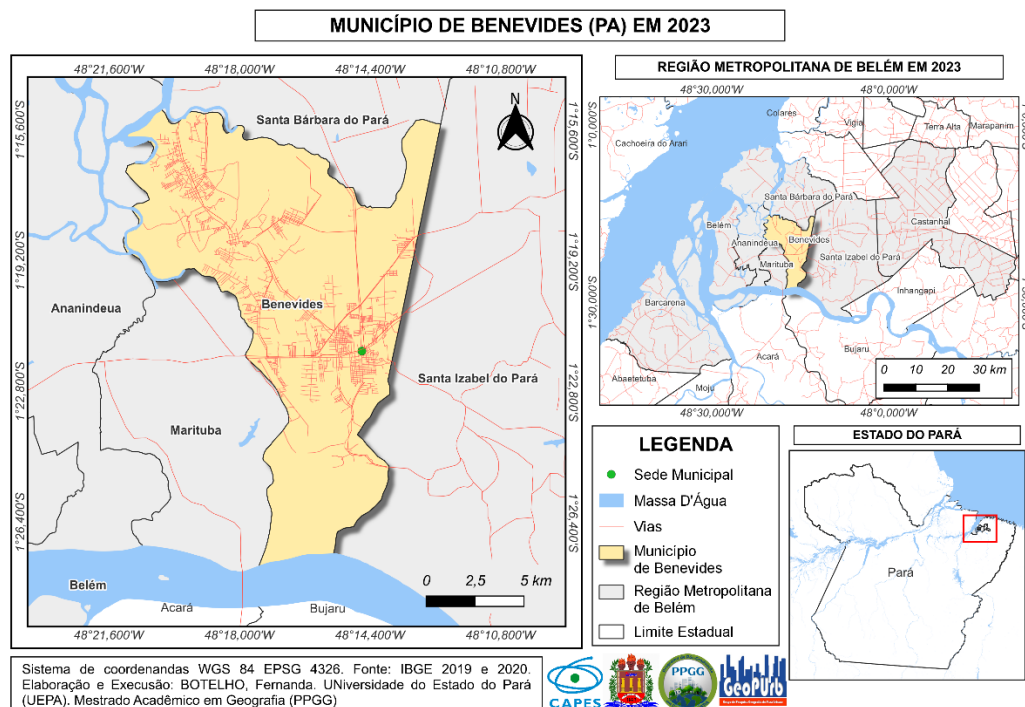
A dissipação dessas áreas segue, na maioria dos casos, o fluxo da rodovia BR-316, onde há maior quantidade de terras ociosas com baixo preço no mercado de terras. De acordo com Pinheiro et al. (2016, p. 213), essas áreas “[...] extrapolam as fronteiras municipais, distando, por exemplo, entre 12km e 24km em direção a Marituba e Benevides – com acesso único e saturado ao centro econômico de Belém pela rodovia BR-316”.

A dispersão da produção de habitações de caráter precário pelo espaço metropolitano de Belém se dá, principalmente, na forma de conversão de terra rural em terra urbana. As características desse processo centram, predominantemente, as dinâmicas de moradias precárias nos municípios da RMB com menor densidade demográfica.

A área de expansão de Benevides, município lócus desta pesquisa, acompanha o eixo da BR-316. Essas áreas são propícias ao surgimento de novas habitações, geralmente caracterizadas como assentamentos precários e que, em alguns casos, dividem espaço com projetos de expansão industrial. Em 2019, o IBGE identificou 30 Favelas e Comunidades Urbanas neste município. Diante desse cenário, destacou-se as comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo, para o foco de análise desta pesquisa, estas que possuem sua localização mais evidente no eixo da BR 316.

A área de expansão de Benevides (Figura 1), município lócus desta pesquisa, acompanha tanto o eixo da BR-316 sentido Castanhal quanto o sentido da capital Belém. Essas áreas são propícias ao surgimento de novas habitações, geralmente caracterizadas como assentamentos precários e que, em alguns casos, dividem espaço com projetos de expansão industrial.

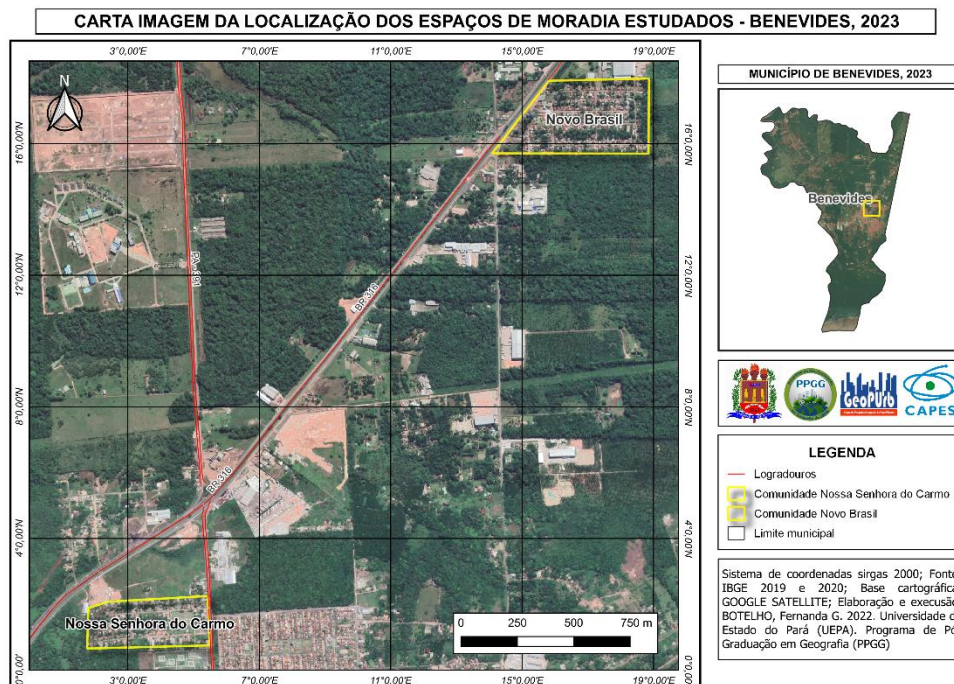
FIGURA 1: Benevides. Favelas e Comunidades Urbanas, 2019



As comunidades que se encaixam na tipologia de assentamentos precários podem se caracterizar, de acordo com Cardoso (2016, p. 35), de formas diversas, uma vez que “os assentamentos precários apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados e etc.”. Nos assentamentos precários, o perfil da moradia de agentes, muitas vezes desprovidos da escolha de onde habitar, consiste nas chamadas “favelas”. Na tipologia das favelas, pode-se compreender que estas correspondem a habitações formadas pela ocupação irregular do solo, público ou privado, com padrões urbanísticos inferiores aos vigentes (CARDOSO, 2016).

No município de Benevides, as comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo (Figura 2), que compõem o foco de análise desta pesquisa, possuem sua localização mais evidente no eixo da BR-316. A comunidade Nossa Senhora do Carmo, apesar de estar localizada no bairro Centro, integra a zona intermediária do município, entre a zona central e a zona de expansão, classificações estas definidas pelo Plano Diretor Municipal de Benevides (BENEVIDES, 2006).

FIGURA 2: Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. Carta imagem de localização, 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023

Todas as comunidades mencionadas pertencem às Zonas Especiais de Interesse Social, mais especificamente as ZEIS 1 que tratam, pelo Plano Diretor Municipal de Benevides (BENEVIDES, 2006), de ocupações informais criadas para fins habitacionais em sítios urbanos, em terrenos públicos ou particulares. As ZEIS 1 possuem objetivos, pelo poder público, para urbanização e regularização fundiária que beneficiariam as comunidades presentes nessas áreas.

Sobre a produção de moradias precárias na RMB, a inclusão dos agentes sociais que estão presentes nesse processo e as condições dessas habitações, a presente pesquisa se direciona a partir de uma problemática principal, além de outras três questões fundamentais. As questões são as seguintes: Como se dá o processo de produção de espaços de moradia precária e as consequentes injustiças espaciais em Benevides? Quais as características do processo de ocupação dessas comunidades e quais agentes estiveram envolvidos? Como se dão as condições das infraestruturas e dos serviços básicos nas comunidades e a forma de inserção desses espaços na cidade? Quais as estratégias de superação das problemáticas relativas à moradia presentes nas práticas dos moradores?

Visando a realização da pesquisa, e para que as questões expostas sejam respondidas de maneira aceitável, criou-se um objetivo geral: Analisar a produção de injustiças espaciais materializadas em moradias precárias nas comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo, em Benevides, no espaço metropolitano de Belém/PA;



Os objetivos específicos foram organizados da forma que se segue: Identificar as características do processo de ocupação dessas comunidades e os agentes que estiveram envolvidos; Analisar as condições das infraestruturas e dos serviços básicos nas comunidades e a forma de inserção desses espaços na cidade; Compreender as estratégias de superação das problemáticas relativas à moradia presentes nas práticas dos moradores.

Para a realização desta pesquisa, foi fundamental a utilização e a prática de determinados procedimentos e levantamentos metodológicos para o melhor rigor científicos desta análise. Esses procedimentos estão postos na seção seguinte.

METODOLOGIA

Inicialmente, esta pesquisa é compreendida como uma exploração investigativa de um ou mais espaços específicos, rigorosamente definidos de acordo com o tema delimitado, sob o ponto de vista que será utilizado para a análise de determinado fenômeno. Esta investigação, surge a partir de uma problemática e de questões acerca da realidade social do lócus de pesquisa. Esta pesquisa segue o ponto da análise da realidade social, de relações e representações de um conjunto de fenômenos humanos que foram apresentados e descritos de forma a identificar os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento do problema.

Inserido no universo da pesquisa qualitativa, está o estudo de caso, que, na maioria das vezes, recebe aversão de pesquisadores por ideias previamente formadas de que essa estratégia de pesquisa possui menor rigor metodológico e simplicidade inicial na investigação, além de que os principais caminhos metodológicos não são inicialmente definidos. Apesar disso, esta pesquisa contém seus procedimentos metodológicos previamente definidos, bem como o rigor de organização.

Para que todas as informações e conhecimentos que serão produzidos, mediante o processo de investigação, possam ser considerados realmente científicos, serão aplicadas operações metodológicas, técnicas e conceituais que possibilitaram a melhor coleta, verificação e análise dos dados. A seguir, nos procedimentos metodológicos, estão colocados os passos que serão realizados no processo da pesquisa: a pesquisa exploratória; o levantamento bibliográfico; o levantamento documental; os trabalhos de campo, as representações cartográficas e a análise de dados.

Pesquisa exploratória



As áreas delimitadas para essa pesquisa são as comunidades Nossa Senhora do Carmo e Novo Brasil, a partir dos quais se buscou pressupostos, através da observação, para organização de técnicas necessárias para o trabalho de campo. A observação da área foi significativa para a delimitação correta das duas áreas, fundamentais na fase de mapeamento e elaboração do material cartográfico. De acordo com Minayo (2016, p. 25), essa fase “consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo”.

A utilização dessas comunidades se deve ao fato de que há, nas localidades, determinadas problemáticas relacionadas às habitações, mais especificamente os assentamentos precários. Outra questão levada em consideração foi o critério comparativo entre os espaços, tendo em vista as diferenças espaciais, o período de formação, as infraestruturas e o meio no qual estão inseridas.

Levantamento bibliográfico

No levantamento bibliográfico, inicialmente será realizado o agrupamento das temáticas e dos conceitos, elaborados por outros autores, que nortearão a pesquisa. A organização, a relação entre os textos e a tese feita a partir deles, estarão, em grande parte, concentrados na fase de levantamento. As obras apresentadas no capítulo teórico foram escolhidas devido à sua aproximação com os temas centrais da pesquisa, sendo eles: a produção do espaço urbano, moradias precárias e ocupações irregulares, segregação socioespacial e direito à cidade.

Levantamento documental

Como contribuição para o processo da pesquisa, determinados documentos, de primeira e segunda mão, foram fundamentais para a obtenção dos resultados futuramente expostos. Em concordância com as características de uma pesquisa documental, ainda que aqui seja prevista apenas como uma fase do desenvolvimento da inquirição. Foi executado o reconhecimento e a descrição do Plano Diretor Municipal (BENEVIDES, 2006) acerca da estruturação municipal e urbana de Benevides, bem como o planejamento e objetivos para as zonas centrais, zonas intermediárias e as zonas de expansão, inseridas na macrozona urbana da sede municipal.

Trabalhos de campo

Foram realizados trabalhos de campo em cada uma das ocupações estudadas nesta pesquisa. O primeiro trabalho foi feito na comunidade Nossa Senhora do Carmo, no período de dois dias. O segundo trabalho de campo, por sua vez, foi executado na comunidade Novo Brasil,



no período de dois dias. Nas duas áreas foram aplicadas entrevistas semiestruturadas somente com os moradores. Além de registros fotográficos. Das características do tipo de entrevista semiestruturada, “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2016, p. 59).

Vinte entrevistas foram aplicadas na comunidade Nossa Senhora do Carmo e vinte na comunidade Novo Brasil, todas estas apenas com indivíduos residentes nas localidades, e uma entrevista com cada líder comunitário, com o total de quarenta e duas entrevistas. Todas as falas foram gravadas para a melhor análise posterior, de acordo com o consentimento dos entrevistados que assinaram o termo de compromisso no início da entrevista.

Representações cartográficas

Os procedimentos metodológicos ainda contam com a construção de representações cartográficas referentes aos espaços estudados, bem como da malha municipal benevidense e da RMB. Para delimitação dos limites das comunidades, além do meio em que estas habitações estão inseridas, foi elaborada uma carta imagem, e para a representação do município de Benevides e da RMB foi elaborado um mapa de localização. Em ambos, o sistema de referência de coordenadas é o SIRGAS 2000 EPSG: 4674 WGS: 84.

Análise de dados

A aplicação desse tipo de análise se deu, em primeiro lugar, em decorrência da distância espacial distinta entre a ocupação Nossa Senhora do Carmo e a comunidade Novo Brasil em relação ao centro urbano municipal. Segundo, porque ambas as comunidades se caracterizam como moradias precárias, porém possuem serviços e infraestruturas diferentes, assim como relações particulares com a cidade.

A seguir, a fundamentação teórica trata-se de um apanhado geral dos principais conceitos e teorias que serviram de suporte teórico da pesquisa. As principais conceituações consistem na produção do espaço urbano e seus agentes modeladores, assentamentos precários e questões de moradia, segregação socioespacial e direito à cidade.

REFERENCIAL TEÓRICO



Para melhor compreensão e contextualização, esta seção capítulo trata de teorias que apontam o que é este espaço e quais agentes envolvidos, além do direto à cidade e do processo de metropolização de Belém.

A produção do espaço urbano

A investigação a respeito da produção do espaço no campo humanístico é feita, na maioria das vezes, por estudiosos que apresentam em suas produções um viés de cunho dialético marxista. Isso só é perceptível pela própria noção de produção e a forma que se emprega esse tipo de produção, vista como a produção social através do trabalho, em relação ao espaço, mesmo que por diversos momentos isto apareça como uma modelagem do espaço.

O espaço não é somente formado de objetos por objetos, mas de todo o modo de produção e sua dinâmica, valores e mercadorias ou a totalidade social. O ser humano, como um ser que compõe a sociedade, não se encaixa unicamente como um receptor de estímulos, uma vez que a sociedade é apenas uma das estruturas que moldam o espaço e as atividades humanas influenciam a metamorfose do espaço urbano (SANTOS, 2008).

É possível assimilar que, assim como o espaço “total” possui seus subespaços específicos, o próprio espaço urbano é feito de relações entre partes, e pode ser admitido como um espaço fragmentado e articulado. Cada espaço pode ser visto como uma forma espacial não autônoma, pois nela são realizadas atividades que movimentam a sociedade. Há o fluxo de pessoas e de mercadorias e demandam de funções urbanas que se materializam nas formas espaciais (CORRÊA, 1989).

A cidade, sob a mesma noção de produção, do ponto de vista do reflexo social, é, na verdade, a produção humana, não como um produto unicamente material, mas sim contendo um tipo de “objetividade” simbólica, que tanto tem a ver com a realidade da cultura e língua dos indivíduos que a compõem. A cidade é produto de interações de sujeitos com sujeitos e classes com classes (LEFEBVRE, 2008)

Interligado à produção do espaço urbano, estão aqueles que participam, mesmo que precariamente, da produção desse espaço, no caso, os agentes produtores do espaço urbano. No caso de todas as ideias que compõem a produção do espaço, diversos autores idealizaram a existência de alguns agentes-chave para a produção do meio urbano. Cada autor propõe suas ideias sobre diferentes agentes, mas que, na maioria dos casos, seguem um padrão bem parecido de identificação desses atores e suas características, partindo desde a esfera das grandes empresas ao setor público. Como será expressado a seguir, no quadro 1, os principais autores



que discutem o espaço urbano ou o espaço da cidade, apresentam suas propostas de quais seriam esses atores sociais.

QUADRO 1: Autores e agentes produtores do espaço urbano

AUTORES	AGENTES PROPOSTOS	OBRAS
Horacio Capel	Os proprietários dos meios de produção, os proprietários do solo, os promotores imobiliários e as empresas de construção, e, os organismos públicos.	<i>Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español</i> (1974).
William Form	A indústria imobiliária, os proprietários industriais, os proprietários individuais, os inquilinos e o setor público.	<i>The place of the social structure in the determination of land use: some implications for a theory of urban ecology</i> (2002).
David Harvey	Os proprietários individuais de residência ou inquilinos (moradores), os agentes imobiliários, os proprietários da terra e de imóveis, a indústria de construção civil, as instituições financeiras e as instituições governamentais.	<i>Social justice and the city</i> (1973).
Luis Bahiana	O morador, os proprietários de solo, a indústria imobiliária, a indústria de construção civil, os proprietários industriais e o setor público.	<i>Agentes modeladores e uso do solo urbano</i> (1978).
Roberto Lobato Corrêa	Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.	<i>O espaço urbano</i> (1989).

Fonte: Elaboração própria, 2024

Dos interesses de análise desta pesquisa, predominantemente se encontra o que cerca as teorias acerca dos grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos no processo de produção do espaço urbano³. Esses grupos possuem a posição mais baixa na hierarquia de classes e o menor poder transformador do espaço, pois não são detentores de grandes extensões de terras, não determinam o comportamento do mercado de terras e imóveis de alto padrão, e muitas vezes não têm os direitos mais básicos atendidos.

Alguns desses agentes estão presentes nas ideias de todos os autores mencionados neste capítulo, porém, Corrêa (1989) apresenta ideias de um ator social que melhor se encaixa no contexto desta pesquisa, que é o caso dos grupos sociais precariamente incluídos.

³ Os grupos sociais excluídos são aceitos e utilizados nas análises desta pesquisa, porém, a ressalva feita a partir desse conceito consiste na contradição pré-existente de se afirmar que um grupo é, ao mesmo tempo, um agente participante e excluído do mesmo processo. A questionabilidade surge pela natureza lógica de que esses grupos não são totalmente excluídos, mas incluídos sob a própria razão do modo capitalista. Nas análises de Martins (1997), esses grupos são incluídos pelo ponto de vista econômico e de vários modos, mesmo que suas necessidades sociais e morais sejam precarizadas, por isso, a expressão “grupos sociais precariamente incluídos” terá predomínio por se tratar de um grupo que modela o espaço urbano sob níveis de imposição.



O processo de metropolização de Belém

Esta abordagem a respeito da metropolização, principalmente a metropolização brasileira, pode ser justificada no contexto de que grande parte das dinâmicas e das relações em escalas geográficas menores, como a de um município que compõe um espaço metropolitano, são resultados do processo de metropolização, uma vez que esse espaço conta com transformações constantes e diferenciações socioespaciais (ALVES, 2011). O espaço metropolitano é composto pela metrópole, cidade de maior influência e concentração de infraestruturas, e pelas áreas, não necessariamente contínuas, que mais recebem fluxos e a expansão da própria metrópole.

O que é significativo, nesse caso, é ponderar o desalinho entre as questões de caráter espacial e o ato normativo. A dinâmica da espacialidade, na maioria das vezes, não respeita os limites formais de uma determinada região metropolitana, podendo apresentar uma rede de relações que, tanto extrapolam os limites formais quanto, e muito presente no Brasil, não atinja o tamanho do recorte formal. Além disso, é possível uma situação “na qual se verifica a existência de espacialidade de caráter metropolitano sem, contudo, ser constituída uma Região Metropolitana” (MOURA; FIRKOWSKI, 2001, p.109).

A RMB formalizou-se com a lei complementar nº 14 de 1973, que reconhece como região metropolitana o espaço composto apenas por Belém e Ananindeua. A primeira alteração, com a inclusão de novos municípios, foi em 1995 com a adesão de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Em 2010, Santa Izabel do Pará passou a compor a RMB, Castanhal em 2017 e, mais recentemente, o município de Barcarena foi formalizado como pertencente à região⁴ (CASTRO, 2020).

A expansão da urbanização, a partir de Belém e Ananindeua, foi um processo marcado pela ocorrência de ocupações com grau de irregularidade, cujo avanço se deu majoritariamente pelos eixos da rodovia Augusto Montenegro e da BR-316, como do próprio município de Ananindeua. A mancha populacional da RMB acompanhou o crescimento urbano desigual que seguiu para Ananindeua e Marituba nos anos de 1990 e surgiu a partir da área central de Belém à medida que ocorria o deslocamento da primeira légua patrimonial (MENDES, 2018).

A expansão da RMB a partir de 1995, com a incorporação de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, veio com a transformação desses municípios no quesito habitacional, principalmente relacionado às "ocupações espontâneas". Uma expressão desse fenômeno de ocupação de glebas ao longo dos municípios da RMB pode ser exemplificada com a maior

⁴ A Lei Complementar nº 74 de 1973 foi uma Lei Federal. As demais foram leis estaduais, pois após 1988, criar e alterar Regiões Metropolitanas se tornou uma atribuição estadual.



ocupação da América Latina, que existia em 1994, a ocupação do “Che Guevara” (MENDES, 2018).

Este movimento de dispersão esteve historicamente atrelado ao processo de formação do espaço metropolitano de Belém. Essa tendência gera a criação de novas áreas de periferia, bem como a reprodução de ocupações precárias, principalmente no entorno metropolitano, uma vez que morar na capital tem um custo mais elevado, contrário às áreas periféricas, de menores infraestruturas, que tem custo de vida menor, como no caso do município de Benevides.

Após o município de Benevides alcançar sua emancipação, grandes transformações moldaram a área municipal, esta que mistura os traços agrários e elementos presentes nos espaços, até então, considerados centros urbanos. O município recebeu o interesse dos loteamentos comerciais através da doação de lotes para aqueles tivessem o interesse de construir comércios em Benevides, ação que logo incorporou os futuros moradores.

Atualmente, o município de Benevides está integrado à RMB e é considerado pelo IBGE como metrópole (1C) – município integrante do Arranjo Populacional de Belém/PA. Possui uma área de 187,826 km² e, de acordo com o IBGE (2022), possui uma população estimada em 63.567 habitantes.

A questão da moradia e o direito à cidade

Como destacado pelos autores que estudam agentes produtores do espaço urbano, as estratégias de valor de terras e valor imobiliário são dominadas por grupos proprietários fundiários, detentores imobiliários, os promotores imobiliários ou o Estado. Essas estratégias expostas anteriormente consistem, em alguns casos, na construção de habitações do mais alto status, com os melhores serviços e infraestruturas, visando o melhor uso possível do uso do solo.

A diversidade de tipos de habitações e aglomerados de moradias é definida de acordo com características específicas propostas pela organização ou autor que as classifica, principalmente relacionadas às moradias precárias. A maior parte dessas habitações funciona como solução, por parte de quem é atingido com o problema, para a impossibilidade de acesso ao mercado imobiliário formal, este que garante os serviços e infraestruturas mais básicos para sobrevivência. Dessa maneira, terras, públicas ou privadas, tradicionalmente são ocupadas por grupos desfavorecidos como estratégia de sobrevivência (CARDOSO, 2016).

Os grupos sociais precariamente incluídos não possuem vias formais ao direito de habitar e ao consumo das infraestruturas urbanas, e, mesmo em alguns casos, quando esses



direitos são adquiridos, vêm de forma insuficiente. Essa população em grande maioria reside em favelas e outros tipos de assentamentos precários.

Para a identificação dessas áreas de habitações, são colocados critérios de urbanização para análise com base nas características estruturais e na precariedade de serviços públicos. O IBGE (2010) entende que as Favelas e Comunidades Urbanas podem aparecer nas categorias de: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

Algumas definições dos diferentes tipos de habitações dentro do que são entendidos como assentamentos, partem das características de como essas moradias são produzidas. Segundo Cardoso (2016, p. 35), os assentamentos precários “apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc.”

Sobre a população que produz e vive nas chamadas favelas, de acordo com Cardoso (2016, p. 29), o acesso à habitação, que teoricamente é limitado, foi adquirido somente “através de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres [...]”.

As características gerais do solo urbano são o que fazem dele um tipo de solo capaz de conceber a segregação residencial e a autosegregação. A estrutura interna de uma cidade é complexa em sua organização, apresentam-se áreas com diferenças de produto social, por consequência da forma que uma área é utilizada. Espaços de uso do comércio e de serviços possuem configurações socioeconômicas distintas, bem como espaços residenciais, causadas, principalmente, pela variável de renda.

A privação da vida urbana é entendida por Lefebvre (2008) como uma negação do chamado direito à cidade. A classe social, vítima da segregação, afasta-se da vida urbana, uma vez que os indivíduos não possuem apenas a necessidade de consumir produtos e espaços, mas também de simbolismo e de uma atividade criadora (LEFEBVRE, 2008).

De todo modo, o direito à cidade seria uma busca pela centralidade que pertence à cidade, sendo que esta entidade é própria de símbolos, vinculados a significados políticos. As relações com a cidade giram em torno de que ela leva para si, como os vínculos com a cidadania, um local de movimentos e objeto de desejos utópicos, “tudo isso confere à cidade um significado que mobiliza um imaginário político crucial” (HARVEY, 2014, p. 22). Na luta pelo direito à vida, encontra-se o direito à cidade. Para Lefebvre (2008, p. 134)

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade



participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

A partir da contextualização do direito à cidade, Lefebvre (2008, p.113) define que somente o grupo vítima de segregação socioeconômica ou como sobredito, os grupos sociais precariamente incluídos, é o único capaz de pôr fim à segregação dirigida contra ele, ou seja, apenas este grupo “[...] pode contribuir decisivamente para reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora de “centros de decisão”.

Na seção seguinte concentram-se, exclusivamente, os resultados obtidos a partir das pesquisas realizadas nas comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. Esta exploração favorece a compreensão das dinâmicas cotidianas, serviços, da inserção na cidade e das transformações que essas comunidades vivenciam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em entrevista com os líderes comunitários das ocupações Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo, foi possível o esclarecimento de algumas questões acerca dos processos de ocupação e loteamento das áreas, caracterização dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Benevides (PMB), reivindicações e as estratégias de superação dos moradores.

A Comunidade Novo Brasil

Na comunidade Novo Brasil, o processo de ocupação ocorreu pela a manifestação inicial de moradores que habitavam as proximidades do que viria a ser a área da comunidade, ou que habitavam outros bairros benevidenses, mas trabalhavam em pequenas fábricas que existiam ao redor da ocupação. Este processo começou no ano de 2000 e não ocorreu por meio de um grupo organizado específico destinado à ocupação de terras ociosas. Atualmente, nem o líder local, nem os outros moradores souberam informar quantas pessoas moram na área.

A maioria habitantes entrevistados migrou dos municípios de Santa Isabel do Pará e Vigia em busca de um lote na comunidade Novo Brasil, seja no período da ocupação, seja através de compras mais recentes

Os recortes e a distribuição dos lotes ocorreram de maneira informal pelos primeiros ocupantes e, mesmo com as questões da titulação da terra e sem a garantia da permanência dos moradores, a maior parte dos lotes foram vendidos para outras famílias. Esse movimento inicial de loteamento evoluiu ao longo do tempo, a Comunidade Novo Brasil foi



moldada pelas dinâmicas locais e pela interação social dos moradores com o espaço.

A Comunidade Novo Brasil não possui abastecimento de água encanada, mas conta com um projeto da PMB para a realização deste abastecimento. Na área há ainda o abastecimento de energia elétrica regular e a coleta de lixo, fornecida pela PMB, que ocorre três vezes durante a semana. A ocupação não possui um sistema adequado de esgoto, característica comum em assentamentos precários que afeta diretamente a qualidade de vida dos habitantes.

Acerca da mobilidade dos moradores, uma das principais carências está na ausência do transporte público municipal, o qual não atende a comunidade e dificulta a locomoção ao centro urbano de Benevides. Este não é um problema que existe no acesso à capital Belém, ou a outros municípios, uma vez que existem diversas linhas de transporte público e alternativo intermunicipais.

Para a reivindicação de serviços e solicitação de projetos perante a PMB, são realizadas reuniões comunitárias com a regularidade de alguns meses e divulgadas via aplicativo de mensagens, ou diretamente em algumas residências. Essas reuniões ocorrem no espaço de uma das igrejas da comunidade devido à falta de um centro comunitário.

Dentre as principais solicitações pelas quais se buscam atendimento, estão: os pedidos para a construção de um centro comunitário para a realização, não apenas das reuniões, como outras atividades sociais entre os moradores; a continuidade da construção da UBS; a pavimentação das ruas; documentos formais que regularizem a posse de terra; o sistema de esgoto e a inauguração do sistema de abastecimento de água.

Comunidade Nossa Senhora do Carmo

A comunidade Nossa Senhora do Carmo está localizada mais próximo ao centro urbano do município de Benevides, 1,5 km de distância, e encontra-se na zona do popularmente chamado de “Trevo de Mosqueiro”, uma vez que, apenas nessa área, estão presentes quatro rodovias: a PA-391 de acesso à ilha de Mosqueiro, a BR-316 com acesso ao nordeste paraense e à capital Belém e a PA-406 de acesso ao centro de Benevides.

A ocupação e loteamento da comunidade Nossa Senhora do Carmo data do ano de 2006, e seu processo de ocupação se deu por meio de um movimento de luta por moradia que existia nos anos 2000, o qual acompanhava terras em estado de ociosidade e devolutas pertencentes à União. Em entrevista com o líder comunitário, foi possível compreender que maior parte da área pertencia à PMB, que não manifestou qualquer ação para a retirada dos moradores, contudo, uma pequena porção de terra ocupada, que ficava em contato com a BR-316, pertence a uma empresa particular e foi reivindicada em 2013, causando a retirada dos moradores.



A maior quantidade dos entrevistados é advinda do município de Belém, seguido por Marituba e Ananindeua, respectivamente. Verificou-se também que a maior parte dos entrevistados possui apenas o ensino fundamental, seja ele completo ou incompleto.

A comunidade Nossa Senhora do Carmo recebeu, no ano de 2022, a conclusão do projeto de abastecimento de água que conta com uma caixa d'água própria que leva água encanada para todas as residências. Outro serviço que a comunidade recebeu há mais tempo foi o fornecimento de energia elétrica regular em todos os lotes, desde 2013, porém, uma reclamação recorrente dos moradores, nas entrevistas, é referente à iluminação pública que não é feita corretamente, principalmente nas ruas mais afastadas na via principal.

Na ocupação não há uma UBS, escola de ensino básico ou creche e uma linha de ônibus. Entretanto, essas infraestruturas existem na COHAB localizada em frente à comunidade, no eixo da PA-406. Assim, tanto os moradores da COHAB quanto os moradores da habitação utilizam os mesmos serviços, por isso ficou evidente durante as entrevistas que essas estruturas não são tidas como ausentes e torna-se um fator positivo para os indivíduos. Além disso, existe a coleta de lixo que é realizada regularmente 3 vezes durante a semana.

Na comunidade Nossa Senhora do Carmo, ao longo dos anos, sempre foram realizadas reuniões regulares, com um intervalo de meses, que contaram com a presença de alguns moradores, o líder comunitário e diversos integrantes da PMB. A comunidade possui uma associação registrada com CNPJ e entra em contato com a PMB através de ofícios com projetos para serem aprovados. Recentemente essa associação foi aprovada do projeto do Governo Federal chamado “PAC - Favela” e, de acordo com o líder comunitário, este PAC garante a construção de infraestruturas básicas para a área.

Uma breve comparação entre as comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo

No caso das comunidades lócus desta pesquisa, as residências possuem um perfil típico de assentamentos precários, pois se tratam de casebres, com um a dois cômodos, inseridos em lotes pequenos de infraestrutura inadequada. Esta configuração dificilmente apresenta grandes variações, não apenas entre as comunidades benevidenses, mas também da RMB, pois esta é uma característica marcante em ocupações precárias. A figura 3 mostra, do lado A, a comunidade Novo Brasil e, do lado B, a comunidade Nossa Senhora do Carmo.

FIGURA 3: Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023

Apesar do quadro 2 evidenciar que as duas comunidades encontram-se praticamente em equidade em relação aos serviços, ficou claro, durante a análise das entrevistas, que determinadas carências na comunidade Nossa Senhora do Carmo são vistas pelos moradores de forma amena, já que, como exposto anteriormente, esta ocupação está ligada aos mesmos serviços da COHAB, algo que não ocorre na comunidade Novo Brasil.

QUADRO 2: Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. Comparação entre os serviços das comunidades. 2023

SERVIÇOS	COMUNIDADE NOVO BRASIL	COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO
Abastecimento de Água	AUSENTE	PRESENTE
Fornecimento de Energia	PRESENTE	PRESENTE
Sistema de Esgoto	AUSENTE	AUSENTE
Pavimentação	AUSENTE	AUSENTE
UBS	AUSENTE	AUSENTE
Educação	PRESENTE	AUSENTE
Documento de propriedade	AUSENTE	AUSENTE
Transporte municipal	AUSENTE	PRESENTE
Cultura e Lazer	AUSENTE	AUSENTE

Fonte: Elaboração própria, 2024

Com a disparidade na distância das comunidades em relação ao núcleo urbano de Benevides e com os problemas relatados sobre transporte público entre os habitantes da Novo Brasil, o uso do solo dessa área demonstra uma estratégia que se trata da grande quantidade áreas de comércio e serviços feitas pelos próprios moradores, utilizadas para compras básicas. Além disso, existe a frequência que na qual os entrevistados das duas ocupações acessam o centro urbano benevidense (Quadro 3).

QUADRO 3: Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo. Frequência de deslocamento ao centro por semana. 2023

FREQUÊNCIA DE DESLOCAMENTO AO CENTRO POR SEMANA	COMUNIDADE NOVO BRASIL	COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO
1 vez	5	2
2 a 3 vezes	2	6
4 a 5 vezes	-	1
6 a 7 vezes	14	12

Fonte: Elaboração própria, 2024

Uma das táticas mais comuns ocorre no caso da ausência do abastecimento de água, são abertos poços nos quintais, que, no caso de muitas residências, compartilham água com várias famílias para uso doméstico. Ainda em vista às infraestruturas autoconstruídas, existem as fossas que suprem a falta de um sistema de esgoto.

No lazer, as práticas são bastante limitadas e seriam inexistentes se as duas comunidades não dispusessem de dois pequenos campos de futebol. Não são praticadas pelos moradores atividades culturais e nem de recreação, principalmente pela carência de centros comunitários nas áreas. A figura 4 mostra, do lado A, o campo da ocupação Nossa Senhora do Carmo e, do lado B, da Novo Brasil.

FIGURA 4: Nossa Senhora do Carmo e Novo Brasil. Campos de futebol, 2023



Fonte: Elaboração própria, 2024



A criação de uma associação para a reivindicação de serviços mostra-se como uma estratégia consideravelmente relevante, pois demonstra a busca coletiva por melhorias da comunidade e demonstra, perante órgãos públicos, as necessidades cruciais dos moradores. Quanto as estratégias de saúde, os moradores da ocupação Novo Brasil recebem a visita mensal de agentes de saúde.

Ao analisar as táticas desses indivíduos que habitam as comunidades, principalmente se considerarmos estes como agentes produtores do espaço urbano, podemos perceber o protagonismo na ação de decisões e na realização de projetos pequenos destinados às próprias residências, que fazem parte da transformação do espaço urbano.

As práticas de adaptação expostas são realizadas pelos moradores em decorrência dessas áreas consistirem em um espaço desafiador, caracterizado pela extrema pobreza, que exigem métodos urgentes para melhores condições de vida. Além disso, as estratégias de superação exigem, antes de mais nada, que os habitantes sejam capazes de produzir as infraestruturas mencionadas como poços, fossas, iluminação, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção de espaços de moradia no município de Benevides é resultado, sobretudo, de dinamismos metropolitanos, que historicamente dispersaram um fluxo de infraestruturas e de indivíduos para habitarem municípios que possuem as principais vias de expansão da área metropolitana de Belém.

As comunidades podem ser caracterizadas como assentamentos precários, também classificadas pelo IBGE como Favelas ou Comunidades Urbanas, tanto pelas infraestruturas precárias predominante quanto pela carência de serviços públicos. As comunidades Novo Brasil e Nossa Senhora do Carmo, como visto, possuem ausências infraestruturais semelhantes, mesmo que em ambas hajam alguns serviços prestados. Ainda assim, os residentes adotam diversas estratégias de adaptação às condições de vidas para lidar com essas dificuldades expostas, relacionadas à moradia. Essas táticas podem ser observadas em várias situações, estão nas entrevistas e podem ser observadas na paisagem das habitações.

Dos serviços vistos na comunidade na Comunidade Novo Brasil, nota-se a ausência de um abastecimento de água encanada, sistema de esgoto inexistente e pavimentação. O fornecimento de energia existe, assim como quanto a coleta de resíduos. Além desses serviços, destaca-se a presença de uma instituição municipal de ensino básico, juntamente um ônibus escolar.



A comunidade Nossa Senhora do Carmo foi beneficiada com o fornecimento regular de energia elétrica em todos os lotes. Na área não há um centro de saúde ou educacional, nem uma linha de ônibus. Porém, durante as entrevistas, ficou claro que a ausência dessas estruturas não é vista como um problema, já que esses serviços estão presentes na COHAB em frente à ocupação.

Quando se tratam das reivindicações e do acesso aos serviços, é importante entender que obter determinadas infraestruturas para as comunidades não quer dizer automaticamente o pleno direito à cidade para os residentes. Em vez disso, esse direito é alcançado por meio de uma variedade de simbolismos da cidadania e está para além de demandas específicas, da disponibilidade de serviços e de uma infraestrutura adequada. O direito à cidade compreende o acesso aos espaços públicos e, principalmente, oportunidades para participação ativa na vida urbana.

Quando o ser humano molda seu espaço, ele também molda sua percepção e aspiração de consumir e vivenciar a vida urbana. Esses desejos muitas vezes entram em conflito com as lógicas capitalistas, mas não deixam de representar os direitos fundamentais dos indivíduos à socialização e à cidade. Na verdade, a reprodução da vida e dos desejos vai além das necessidades materiais, centrando-se principalmente nas interações urbanas cotidianas e na vivência da vida na cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.

BAHIANA, Luís. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, nº. 18, 1978, **Anais...** Rio de Janeiro: AGB, 1978, p. 53-62.

BRASIL. **Lei municipal nº 1.031/06**, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o ordenamento territorial do município de Benevides, e dá outras providências, 2006. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Benevides_PlanoDiretorPA. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**. Barcelona, vol. 8, nº 1, p. 19-56, 1974.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. *In*: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA, Vicente Correia (editores).



Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016. p. 29-52.

CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. **O transporte público enquanto dimensão do processo de Metropolização de Belém.** 2020. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA), Belém, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

FORM, William. The place of the social structure in the determination of land use: some implications for a theory of urban ecology. In: PACIONE, Michael. **The city:** Land use, structure, and change in the Western city. London: Routledge, 2002. p. 83-92.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martinsfontes, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **IBGE Cidades [online].** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/panorama>. Acesso em: 09 de novembro de 2022

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES, Luiz. A geografia-histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades [online]**, v. 14, nº 1, p. 10-39, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum? In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.105-114.

PINHEIRO, Andréa; PONTE, Juliano; VALENTE, Andréa; LIMA, Alexandre; PINHEIRO, Patrícia. Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários:** estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016. p. 189-248.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.